DIREITO AMBIENTAL

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Selecionada / Áreas do Direito

Data da atualização: 27.03.2025

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
LEGISLAÇÃO	**EMENTA**
Lei nº 14.904, de 27 de junho de 2024	Estabelece diretrizes para a elaboração de planos de adaptação à mudança do clima; altera a Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009; e dá outras providências.
Lei nº 14.902, de 27 de junho de 2024	Institui o Programa Mobilidade Verde e Inovação (Programa Mover); altera o Decreto-Lei nº 1.804, de 3 de setembro de 1980; e revoga dispositivos da Lei nº 13.755, de 10 de dezembro de 2018.
Lei nº 14.850, de 02 de maio de 2024	Institui a Política Nacional de Qualidade do Ar.
Lei Federal nº 13.887, de 17 de outubro de 2019	Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e dá outras providências.
Decreto Federal nº 9.997, de 30 de agosto de 2019	Altera o Decreto nº 9.992, de 28 de agosto de 2019, que determina a suspensão da permissão do emprego do fogo de que trata o Decreto nº 2.661, de 8 de julho de 1998, no território nacional pelo prazo de sessenta dias.
Decreto Federal nº 9.992, de 28 de agosto de 2019	Determina a suspensão da permissão do emprego do fogo de que trata o Decreto nº 2.661, de 8 de julho de 1998, no território nacional pelo prazo de sessenta dias.
Decreto nº 9.578, de 22 de novembro de 2018	Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, de que trata a Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009, e a Política Nacional sobre Mudança do Clima, de que trata a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
Lei Federal nº 13.668, de 28 de maio de 2018	Altera as Leis nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, nº 7.957, de 20 de dezembro de 1989, e nº 9.985, de 18 de julho de 2000, para dispor sobre a destinação e a aplicação dos recursos de compensação

	ambiental e sobre a contratação de pessoal por tempo determinado pelo Ibama e pelo Instituto Chico Mendes.
Decreto Federal nº 9.308, de 15 de março de 2018	Dispõe sobre a definição das metas compulsórias anuais de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa para a comercialização de combustíveis de que trata a Lei nº 13.576, de 26 de dezembro de 2017.
Lei Federal nº 13.186, de 11 de novembro de 2015	Institui a Política de Educação para o Consumo Sustentável.
Lei Federal nº 13.156, de 4 de agosto de 2015	Altera a redação do § 2º do art. 5º da Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências.
Decreto nº 8.437, de 22 de abril de 2015	Regulamenta o disposto no art. 7º, caput, inciso XIV, alínea "h", e parágrafo único, da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, para estabelecer as tipologias de empreendimentos e atividades cujo licenciamento ambiental será de competência da União.
Lei Federal nº 13.052, de 8 de dezembro de 2014	Altera o art. 25 da Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências, para determinar que animais apreendidos sejam libertados prioritariamente em seu habitat e estabelecer condições necessárias ao bem-estar desses animais.
Lei Federal nº 12.727, de 17 de outubro de 2012	Altera a Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; e revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, o item 22 do inciso II do art. 167 da Lei no 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e o § 2o do art. 4o da Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012. **(**Medida Provisória nº 571, de 25 de maio de 2012**)**
Lei Federal nº 12.725, de 16 de outubro de 2012	Dispõe sobre o controle da fauna nas imediações de aeródromos.
Decreto Federal nº 7.719, de 11 de abril de 2012	Altera o art. 152 do Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e

	estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações.
Decreto Federal nº 7.640, de 9 de dezembro de 2011	Altera o art. 152 do Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações.
Decreto Federal nº 7.497, de 9 de junho de 2011	Dá nova redação ao artigo 152 do Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações.
Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010	Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.
Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008	Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.
Decreto Federal nº 6.321, de 21 de dezembro de 2007	Dispõe sobre ações relativas à prevenção, monitoramento e controle de desmatamento no Bioma Amazônia, bem como altera e acresce dispositivos ao Decreto no 3.179, de 21 de setembro de 1999, que dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.
Lei Federal nº 11.284, de 2 de março de 2006	Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável e institui o Serviço Florestal Brasileiro.
Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000	Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, e dá outras providências.
Decreto Federal nº 3.179, de 21 de setembro de 1999 (Revogado pelo Decreto nº 6.514, de 2008)	Dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio-ambiente, e dá outras providências.
Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998	Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.
Decreto Federal nº 99.274, de 6 de junho de 1990	Regulamenta a Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.
Lei Federal nº 7.347, de 24 de julho de 1985	Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor etc.
Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, e dá outras providências.

Lei Federal n° 5.197, de 3 de janeiro de 1967	Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências.

LEGISLAÇÃO ESTADUAL	
LEGISLAÇÃO	**EMENTA**
Lei Estadual nº 8.533, de 25 de setembro de 2019	Dispõe sobre a obrigatoriedade dos prédios pertencentes às pessoas jurídicas de direito privado de estarem conectados à rede de coleta e tratamento de esgoto ou disporem de sistema próprio de coleta e tratamento do seu esgoto.
Lei Estadual nº 8.525, de 10 de setembro de 2019	Acrescenta parágrafo único ao artigo 4º da lei nº 4.191, de 30 de setembro de 2003, que dispõe sobre a política estadual de resíduos sólidos e dá outras providências.
Lei Estadual nº 8429, de 01 de julho de 2019	Dispõe sobre a obrigatoriedade dos postos de combustíveis possuírem dispositivo para captação de águas da chuva e dá outras providências.
Lei Estadual nº 8298, de 21 de janeiro de 2019	Altera a Lei 4191 de 2003 que estabelece a política estadual de resíduos sólidos, definindo normas para disposição de resíduos sólidos em área de aquífero.
Lei Estadual nº 8197, de 05 de dezembro de 2018	Torna a varrição, coleta, remoção, tratamento, reciclagem, separação e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos, rejeitos e outros resíduos quaisquer, serviços ambientais essenciais à proteção do meio ambiente ecologicamente equilibrado, à saúde pública da população e à preservação da fauna e da flora, em defesa das presentes e futuras gerações.
Lei Estadual nº 8145, de 29 de outubro 2018	Altera a Lei Estadual nº 3.900, de 19 de julho de 2002, que instituiu o Código de Proteção aos Animais no âmbito do Estado do Rio de Janeiro
Lei Estadual nº 3.900, de 19 de julho de 2002	Institui o Código Estadual de Proteção aos Animais no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
Lei Estadual nº 8038, de 02 de julho de 2018	Cria o programa de logística reversa de resíduo eletrônico no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
Lei Estadual nº 7.973, de 23 de maio de 2018	Altera a lei nº 3.325, de 17 de dezembro de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental, institui a política estadual de educação ambiental, cria o Programa Estadual de Educação Ambiental e complementa a Lei Federal nº 9.795/99 no âmbito do estado do Rio de Janeiro.

Lei Estadual nº 7845, de 10 de janeiro de 2018	Altera a Lei nº 6908/2014 que dispõe sobre procedimentos de manejo de passeriformes da fauna silvestre nativa para todas as etapas relativas às atividades de criação, reprodução, manutenção, treinamento, exposição, transporte, transferência, aquisição, guarda, depósito, utilização e realização de eventos a serem observados dentro das políticas de controle e manejo de competência do Instituto Estadual Ambiental INEA, para a criação amadora de passeriformes nativos no Estado do Rio de Janeiro.
Lei Estadual nº 7549, de 06 de abril de 2017	Estabelece princípios, fundamentos e diretrizes para a educação, o desenvolvimento de capacidades, a mobilização social e a informação para a gestão integrada de recursos hídricos no sistema estadual de gerenciamento de recursos hídricos.
Lei Estadual nº 7543, de 29 de março de 2017	Dispõe sobre a criação do Programa Estadual de Reintrodução de Aves da Fauna Brasileira em vias de extinção no seu ambiente natural no Estado do Rio de Janeiro.
Lei Estadual nº 7313, de 14 de junho 2016	Dispõe sobre o descarte e coleta dos filtros de cigarros para reciclagem e dá outras providências.
Lei Estadual nº 7307, de 09 de junho 2016	Dispõe sobre a utilização de energia solar e captação de água da chuva, em arenas e estádios esportivos, no estado do Rio de Janeiro.
Lei Estadual nº 7061, de 25 de setembro de 2015	Altera as Leis nº 6.572, de 31 de outubro de 2013 e nº 6.371/2012, de 27 de dezembro de 2012 e dá outras providências.
Lei Estadual nº 6783, de 22 de maio de 2014	Dispõe sobre a pesquisa e a utilização de plantas nativas da flora do Estado do Rio de Janeiro.
Lei Estadual nº 6643, de 19 de dezembro de 2013	Isenta o cidadão do pagamento de taxas referentes a emissão de segunda via de documentos pessoais danificados ou destruídos devido a desmoronamentos, deslizamentos, enchentes ou catástrofes naturais no Estado do Rio de Janeiro.
Lei Estadual nº 6632, de 16 de dezembro de 2013.	Institui o programa "Rio é limpeza" em áreas e logradouros públicos, no âmbito do estado do Rio de Janeiro, com base na Lei 3009, de 31 de julho de 1998, conforme especifica.
Emenda Constitucional Estadual n° 48, de 04 de julho de 2011	Fixa o valor da participação do Fundo Estadual de Conservação Ambiental – FECAM na compensação financeira a que se refere o parágrafo 1º, do art. 20, da Constituição da República em vigor, relativamente ao petróleo e gás extraído da camada do pré-sal.

Portal do Conhecimento

PJERJ

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria Geral de Gestão do Conhecimento

Departamento de Gestão do Conhecimento Institucional
Divisão de Organização de Acervos do Conhecimento

Pesquisa elaborada e disponibilizada pelo Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento

Para sugestões, elogios e críticas: seesc@tjrj.jus.br